

Constituinte deve ser acatada, diz Ulysses

Se a Assembléia Constituinte decidir pelas eleições gerais, todos devem acatar — disse ontem o presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, Ulysses Guimarães. Ele acrescentou que a deliberação da Assembléia Nacional Constituinte representaria, no caso, a vontade da sociedade, do País. “Nenhum outro poder, civil ou militar, se superpõe à Constituinte” — disse ele.

Ulysses Guimarães conversou com os jornalistas no plenário semideserto da Constituinte, por volta das 12 horas de ontem. Ele foi fazer o teste dos controles eletrônicos de votação e ficou satisfeito com os resultados. Na conversa, perguntaram sobre a crescente tese das eleições gerais e ele, alegando sua condição de presidente da Constituinte, não queria dar opiniões.

“Não devo opinar, já que a Constituinte poderá manifestar-se a respeito do assunto e tomar a decisão. A Constituinte tem poderes para reduzir mandatos, para convocar eleições gerais em todos os níveis, de excluir ou incluir governadores” — observou. Diante da insistência dos jornalistas, Ulysses Guimarães preferiu destacar a soberania da Constituinte. “Se a sociedade se manifestar no sentido de eleições gerais, todos devem acatar a decisão” — reafirmou.

Ressalvou, porém, que os mandatos obtidos a 15 de novembro de 1986 são legítimos. Na sua opinião, o eleitor estava bem esclarecido votando para Constituinte e, ao mesmo tempo, no legislador ordinário — senador e deputado federal.

Jânio desiste de ir a comício

São Paulo — O prefeito Jânio Quadros é favorável ao mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Sua posição consta de ofício que enviou ao presidente do diretório regional do partido dos Trabalhadores, deputado José Cicote, em que declina do convite para comparecer ao anunciado comício em favor de eleições diretas no próximo ano.

Comenta, ainda no mesmo expediente, programa do Partido Comunista do Brasil, levado ao ar segunda-feira, o qual em sua opinião, pregou “a revolução em todos os seus níveis. Isso não é liberdade, mas vai além: é licenciabilidade”.

A íntegra do ofício do prefeito ao presidente do diretório regional do PT é a seguinte:

“O honroso convite de Vossa Excelência para que eu possa participar do comício promovido por

esse partido, a favor de eleições diretas no próximo ano, esbarra com dificuldade invencível.

Sou a favor do mandato presidencial de cinco anos, para o chefe de Estado, José Sarney; entendendo que reduzir seu mandato que, legitimamente, seria de seis anos, admitindo o Presidente cinco, representa uma discriminação inaceitável do ponto de vista jurídico-constitucional.

Não se alegue que o fato ajudaria à transição para democracia. Esta exerce-se plenamente.

Ainda ontem, (segunda-feira), assisti programa do Partido Comunista do Brasil, que não hesitava em socorrer-se de expressões que ridicularizavam o chefe da Nação, pregando, a um tempo, a revolução em todos os seus níveis. Isso não é liberdade, mas vai além: é licenciabilidade.